

Mulheres poderão ocupar 10% de conselhos de estatais até 2018

Pelo menos 10% das vagas dos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista poderão vir a ser destinadas às mulheres até 2018. É o que estabelece o Projeto de Lei do Senado (PLS) 112/2010, aprovado nesta quarta-feira (8) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria pode seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para votação pelo Plenário do Senado.

[*\(Agência Senado, 08/03/2017 - acesse no site de origem\)*](#)

Segundo a proposta, as cotas serão ampliadas gradativamente. Até 2020, as mulheres poderão vir a ocupar 20% das vagas dos conselhos. Até 2022, a exigência sobe para 30%. Esses percentuais foram definidos em emendas da relatora do projeto, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que também incluiu na proposta a consequência jurídica do descumprimento das regras.

Ela explicita que serão nulos os atos de provimento de postos nos conselhos que ocorram em desrespeito aos percentuais fixados na futura lei. Para a autora, senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), o Estado precisa assegurar o cumprimento do princípio constitucional da igualdade entre homens e mulheres.

Segundo a parlamentar, a aprovação da proposta vai colocar o Brasil em situação de paridade com a legislação mais avançada do mundo. Como frisou, 22 países já adotam esse tipo de cota.

Na apresentação de seu relatório, Vanessa Grazziotin citou pesquisas mostrando que as mulheres ocupam menos de 7% das cadeiras nos conselhos de administração das empresas brasileiras. Ela disse ainda que esse percentual cai para 3% quando são excluídas da lista as herdeiras dos donos das empresas.

— É um cenário discriminatório, que deve ser revertido com políticas públicas, direcionadas a incorporar a mulher ao mercado de trabalho, tendo em vista todas as suas potencialidades e capacidades profissionais — afirmou.

A aprovação da proposta foi parte do esforço das senadoras que integram a Comissão de Justiça para votação de matérias em favor das mulheres, no âmbito de um conjunto de ações empreendidas pela bancada feminina no Senado pelo Dia Internacional da Mulher, celebrado em oito de março.

Socióloga analisa obstáculos à eleição de mais mulheres no Brasil

(Agência Patrícia Galvão, 31/10/2014) Em recente artigo, a socióloga Clara Araújo apresenta uma detalhada análise sobre os resultados do processo eleitoral recém encerrado e que já pode ser considerado histórico, seja pelo fato de três mulheres terem disputado o mais alto cargo Executivo do País, obtendo 64,42% dos votos válidos no primeiro turno para a Presidência da República, mas também pelo “aumento substancial das candidaturas” femininas, que trouxe vários elementos positivos ao debate sobre o que poderia ser considerada uma “justiça de gênero” no Brasil, apesar das contradições colocadas pelo baixo crescimento eleitoral das mulheres.

[Baixe aqui a íntegra do texto](#)

Professora do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e coordenadora do Núcleo de Estudos de Desigualdades e Relações de Gênero da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NUDEG/UERJ), Clara Araújo aponta que a eleição de 2014 “certamente será registrada na história das

lutas das mulheres para ocupar espaços de poder e se firmarem como competidoras em um país continental como o Brasil”.

A pesquisadora destaca seis aspectos dos resultados do primeiro turno eleitoral que podem embasar uma análise positiva: o aumento do número de candidaturas de mulheres; o percentual de votos destinados às mulheres candidatas à Presidência; a trajetória das candidatas que disputaram o mais alto cargo eletivo no país; o percentual de mulheres eleitas para o Senado e “o próprio resultado para a Câmara Federal” - pois, “se for comparado com as eleições anteriores, os números são positivos, embora baixos”; e o fato de o aumento da fragmentação eleitoral (o número de legendas representadas na Câmara dos Deputados saltou de 22 para 28 na próxima legislatura) não ter prejudicado diretamente as mulheres.

Entre os elementos desfavoráveis à representação feminina na política nacional, a socióloga lista os resultados das disputas aos cargos de governos estaduais e em assembleias legislativas; e a permanência do “insatisfatório compromisso” dos partidos com políticas efetivas de estímulo à participação das mulheres nos espaços de representação e poder, o que pode ser verificado também quando são analisadas as “condições de elegibilidade” e “competitividade” das candidatas de forma contextualizada.

A especialista questiona também uma abordagem “diluída de substância e de conteúdo” em relação ao tema dos resultados das cotas legais de gênero entre mulheres dos vários partidos, que apesar da correção e importância da pauta coloca todas as legendas em um mesmo patamar “difuso” e “confortável” de responsabilidades.

Clara também aponta que o papel dos partidos deve ser analisado levando-se em conta também a localização no espectro ideológico, cuja atualidade é enfatizada por ela frente aos debates em pauta no momento atual, em particular no campo dos direitos humanos. Devem também ser considerados o peso do poder econômico em suas múltiplas manifestações, incluindo o que chama de “familismo”, e o peso das bancadas religiosas e sua constituição também majoritariamente masculinizada.

Em sua conclusão, Clara Araújo destaca que, embora permaneça “um padrão

de gênero” desfavorável às mulheres nas eleições, “a conjuntura atual reforça o foco da política e de pesquisas em uma agenda de reforma política e de relações entre compromissos partidários e estruturas sociais que influenciam os percursos e trajetórias políticas”.

Contato



Clara Araújo - socióloga e pesquisadora
do Departamento de Ciências Sociais da UERJ
(21) 2334-0933
claramaria.araujo@gmail.com

Por que as mulheres estão na luta pela Reforma do Sistema Político?

(CFEMEA, 02/09/2014) Antes de qualquer coisa, é importante compreendermos como funciona o atual sistema político: ele é oligárquico. Mas o que isso significa? Bem, significa que o poder está nas mãos de poucos, e estes “poucos” são aqueles que têm acesso às coisas mais importantes na hora de disputar uma eleição: dinheiro e influência. Essa oligarquia funciona de uma forma muito simples: quem tem mais recursos financeiros tem mais chances de ganhar a eleição. Assim, os empresários interessados em “lucrar” financiam as campanhas de candidatos cujos interesses estejam alinhados com aquilo que lhes é conveniente. Portanto, o atual sistema político corresponde aos interesses do poderio econômico, e para que isso se mantenha, é preciso que os aliados estejam no poder. E

quem são os aliados? Em sua maioria, são homens, brancos e, como já dito, empresários. O atual contexto político brasileiro opera de uma forma que mantenha esse fluxo de poder, dificultando e impedindo que quaisquer outros sujeitos políticos façam parte desse sistema.

Leia também: [Partidos não conseguem cumprir cota de mulheres](#)

A exclusão das mulheres, assim como a exclusão de todas as minorias políticas à negros, indígenas trabalhadores, as classes de baixa renda são um elemento central para a perpetuação dessa engrenagem que mantém o poder nas mãos daqueles que têm posses e exclui a representação política de quem nunca teve. O poder concentra poder!

Por isso reivindicamos a paridade política entre homens e mulheres! Queremos uma mudança radical do sistema político para democratizar o poder. Na luta pela Reforma do Sistema Político, a Articulação de Mulheres Brasileiras (assim como outras instâncias nacionais dos movimentos de mulheres e feminista) faz parte da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político e integra duas grandes iniciativas dos movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil que abraçaram a demanda feminista por paridade: a Coalização pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas e a Campanha Nacional pelo Plebiscito Popular da Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.

BARREIRAS CONTRA A PARIDADE:

O atual sistema de financiamento das campanhas eleitorais. Os financiadores de campanha poderiam destinar seus recursos para as candidaturas de mulheres, índios e negros que querem democratizar o poder, mas não o fazem por quê? Por que é bem mais vantajoso para eles investirem em quem já está no poder. É assim que eles mantêm os privilégios, as normas e, inclusive, os procedimentos fora da lei (a corrupção, por exemplo) para continuar concentrando a riqueza e o poder nas mãos dos de sempre. O resultado é que a representação política não muda, são sempre os mesmos que se elegem, salvo raríssimas exceções. Cada dia mais, é eleitoralmente viável quem o poder econômico banca. Essa forma de financiamento eleitoral é, ademais, super eficiente para preservar o poder patriarcal e excluir as

mulheres.É avessa a paridade.

Para se ter uma ideia de como essa situação vem piorando, de 2002 para 2010 os gastos gerais da campanha eleitoral aumentaram de R\$827 milhões para R\$4,9 bilhões !!! Em 2012, as dez maiores financiadoras privadas de campanha doaram R\$ 92 milhões, sendo que 75% foram empreiteiras. Esses são os valores legalmente declarados... sem incluir o famoso caixa 2 das campanhas....

A segunda forma de impedir que o poder seja exercido democrática e paritariamente entre mulheres e homens é evitar que os cidadãos e as cidadãs possam decidir diretamente sobre as questões que dizem respeito aos bens comuns, aos nossos direitos, ao interesse público. Se cada pessoa pudesse exercer o seu poder cidadão mediante plebiscitos, referendos, vetos e iniciativas populares de lei, então as grandes decisões políticas seriam tomadas paritariamente, ou seja, mulheres e homens, todos e cada cidadão, teriam condições iguais de decidir. Porém, estamos longe disso: faz 25 anos que esses mecanismos da democracia direta estão esperando para ser regulamentados pelo Congresso Nacional, mas a tramitação está emperrada...

A paridade não se refere apenas a eleição de pessoas. Queremos que as mulheres possam exercer igualmente o poder. A forma mais importante de realização de paridade é a democracia direta: se mais da metade da população é de mulheres, podemos pensar que para que a cidadania tenha poder, é preciso que haja a democracia representativa, mas também é necessária a “democratização da democracia”□, pelos espaços de mudanças sociais, dialogando diretamente com a cidadania, e também através dos espaços da comunicação. A PARIDADE NÃO É APENAS A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.

Uma terceira barreira para inviabilizar condições paritárias de exercício do poder é a sobrecarga das tarefas de cuidado e domésticas que recaem, de maneira altamente injusta e desigual, sobre a vida das mulheres. A insuficiência das políticas públicas neste campo, a irresponsabilidade social das empresas e a cultura machista que ainda prevalece nas relações familiares impedem que a grande maioria das mulheres possa ter tempo ao

longo das suas vidas para dedicar à participação política. Neste ciclo do atual sistema político brasileiro, marcadamente patriarcal, racista, patrimonialista, é difícil para qualquer um que ainda não faz parte das oligarquias no poder adentrar os espaços de decisão política. A condição das mulheres é ainda mais particular, levando em conta que elas são as responsáveis primárias pelos trabalhos domésticos e pelo cuidado das crianças e idosos. Isso quer dizer que não sobra tempo para que elas se dediquem às atividades políticas. As mulheres que buscam a participação política são desestimuladas tanto pela falta de tempo, quanto pelas suas famílias. Muitas enfrentam múltiplas formas de discriminação (machista, racista, sexista, por orientação sexual, identidade de gênero etc), além de encontrar resistência dentro dos partidos. Já os homens costumam contar com o apoio social e de suas famílias.

PORQUE A MOBILIZAÇÃO SOCIAL É INDISPENSÁVEL PARA A REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO?

Faz muito tempo que se reivindica a Reforma do Sistema Político. Mas a grande maioria que está no Congresso Nacional domina esse “jogo” e, já sabemos, não está interessada em fazer as mudanças que a sociedade reivindica para democratizar o poder, com a participação das mulheres e dos demais segmentos que sempre estiveram sub-representados nos espaços de poder e decisão no Brasil. Muitos são cúmplices da sujeição do poder político ao poder econômico, por isso, não criaram nem vão criar condições políticas para enfrentar as desigualdades, garantir direitos, acabar com o clientelismo, a corrupção, as estruturas patrimonialistas, fazendo a reforma do sistema político.

A mobilização social é para pressionar, demonstrar a insatisfação popular e a força da cidadania, para promover as mudanças que queremos!

PARIDADE JÁ!

A paridade que nos interessa é aquela que traz justiça, igualdade, diversidade, capaz de democratizar o poder e radicalizar a democracia com a participação de todas e cada uma das mulheres. Para nós, não basta a paridade superficial, entre ricas e ricos; entre as representantes das oligarquias e os representantes das oligarquias, entre brancas e brancos.

VOTE AQUI:

<http://bitbitbit.com.br/plebiscito/>

Senador discute mulheres na política com representante da ONU

(Site do senador Aníbal Diniz, 22/05/2014) O senador Aníbal Diniz (PT-AC) conversou nesta quarta-feira (21) com a representante da ONU Mulheres no Brasil, Dra. Nadine Gasman, sobre a proposta para assegurar maior participação política das mulheres no Senado. O projeto do senador propõe que, nas eleições para o Senado em que forem renovadas duas vagas, uma vaga seja assegurada às mulheres (PLS 132/2014).

“Queremos partilhar esse projeto e pretendemos que na primeira eleição com duas vagas para o Senado as mulheres possam ter uma representação de, no mínimo, 33%. Hoje, essa representação é muito baixa, de menos de 10%. Dos 81 senadores, apenas são 10 mulheres. Faço a defesa dessa proposta e pretendo contar com o apoio e a mobilização das organizações da sociedade civil que trabalham para o empoderamento das mulheres. A cada dia estamos tendo mais apoio”, destacou o senador.

Nadine Gasman afirmou que participação política das mulheres é um tema central para a ONU Mulheres e elogiou a iniciativa do senador. “Para nós este tema é muito importante. Estamos trabalhando muito nessa área em nível mundial e no Brasil. Acredito que essa iniciativa específica aponta para uma maior participação política feminina”, disse.

Ela acrescentou que a análise realizada na região da América Latina constatou que são justamente as políticas afirmativas e as reformas nas legislações em favor das mulheres que estão fazendo a diferença na busca da igualdade de gênero. Mas o Brasil está atrasado na paridade política quando comparado ao México, Argentina e outros países da região e do mundo. “O país é uma economia emergente, conta com políticas públicas importantes para as mulheres e os partidos políticos têm de trabalhar na representação feminina”, defendeu.

Acesse no site de origem: [Senador Aníbal discute participação feminina na política com representante da ONU Mulheres \(Site do senador Aníbal Diniz, 22/05/2014\)](#)

Obama promove igualdade salarial entre homens e mulheres

(Agência Brasil, 09/04/2014) O presidente norte-americano, Barack Obama, anunciou, nessa terça-feira (8), uma “agenda para a igualdade de oportunidades”, a favor de uma “carreira justa para todos” e que permita às mulheres ganhar o mesmo que os homens no desempenho da mesma função.

Ele assinou uma ordem executiva e um memorando para a administração federal, no sentido de não retaliar contra os empregados por reivindicarem salários e não ocultar informação salarial das empregadas aos inspetores do trabalho.

O presidente dos Estados Unidos criticou os republicanos por se oporem a medidas que levam à igualdade salarial. Obama apelou ao Congresso para que aprove uma lei nacional que promova a transparência de salários e permita às mulheres equiparar os seus salários com os dos homens.

Uma mulher recebe 77 centavos por dólar ganho por um homem, é algo que não se deve consentir em 2014, especialmente quando a força laboral feminina é aproximadamente metade do total, e as mães são, em muitos casos, o sustento da economia familiar, salientou.

“Uma mulher tem que trabalhar três meses mais para conseguir receber o mesmo que um homem ganha em um ano no mesmo posto de trabalho”, sustentou o presidente, que durante o anúncio esteve acompanhado por funcionárias da Casa Branca.

Obama destacou ainda a desvantagem enfrentada pelas mulheres latinas e afro-americanas nos Estados Unidos.

**Com informações da Agência Lusa*

Acesse no site de origem: [Obama promove igualdade salarial entre homens e mulheres \(Agência Brasil, 09/04/2014\)](#)

Mulheres longe do poder, por Marco Aurélio Mello

(O Globo, 05/04/2014) País está em 156º lugar no ranking mundial da participação feminina na política, numa lista de 188 países. Isso gera perplexidade e envergonha todos os brasileiros

Sabe-se que a população brasileira é constituída em maior número pelas mulheres. Mas o que se verifica, em termos de participação feminina, na política? A minimização dessa participação.

Levantamento revela que menos de 10% das prefeituras são dirigidas por mulheres. Nas câmaras de vereadores, apesar de um pouco mais alta, essa percentagem não ultrapassa 12%. Nas assembleias dos estados, o percentual fica em cerca de 10%. Nos governos estaduais, apenas dois estados

encontram-se sob o comando de mulheres: Maranhão e Rio Grande do Norte. Ou seja, em torno de 7%. Na Câmara dos Deputados, de um total de 513 integrantes, há 46 deputadas federais, alcançando, em descompasso com o maior número, considerada a população brasileira, a percentagem de 8%. No Senado da República, o percentual é maior, de 12%, já que são dez senadoras entre os 81 membros. Vem, então, contraste estimulante: o cargo maior da República está ocupado, pela vez primeira, por uma mulher, a presidente Dilma Rousseff.

Qual é a posição do Brasil no ranking mundial da participação feminina na política? O 156º lugar, numa lista de 188 países. Isso gera perplexidade e, digo mesmo, envergonha todos os brasileiros.

Relembro minha origem como juiz: a Justiça do Trabalho. O que havia até o advento da Consolidação das Leis do Trabalho? A relação jurídica tomador/prestador de serviços era regida pelo Código Civil, prevalecendo as ideias napoleônicas sobre a liberdade de contratar. Essa liberdade acabava por submeter o prestador dos serviços — já que, na vida, precisamos optar e, geralmente, optamos pela fonte do próprio sustento — ao tomador dos serviços.

A única forma de caminhar para um equilíbrio, presentes as relações jurídicas, é ter o peso da lei, o peso de normas que não se mostrem simplesmente dispositivas, incidindo ao sabor da manifestação da vontade, mas imperativas.

A Lei das Eleições, a lei nº 9.504, de 1997, previu sistema que posso rotular como o primeiro passo dado: o sistema de cota. Versou um piso — refiro-me aos dois gêneros, masculino e feminino — de 30%. De forma tímida, estabeleceu que a observância dessa percentagem mínima decorreria da vontade dos partidos políticos, consubstanciando o preceito mera faculdade. O Congresso avançou e substituiu, em 2009, essa faculdade pela obrigatoriedade.

Lastimavelmente, a visão machista prevalece. Surge filtro que não é salutar, bem-vindo. É pernicioso. Reporto-me às convenções dirigidas à escolha de candidatos. Apresenta-se, para não ser alcançado o quantitativo mínimo,

justificativa inaceitável: a falta de candidatas. Quase sempre, afastada a sensibilidade dos partidos políticos, tem-se, salvo raras exceções, a escolha de candidatas formais, que, em passo seguinte, recolhem-se, deixando de participar do certame.

Há necessidade de conscientização maior. Há necessidade de perceber-se, até mesmo, que o Ministério Público Eleitoral estará atento a fraudes que venham a ser perpetradas quando da realização das convenções. Em síntese, o país do faz de conta deve transformar-se em um país realmente republicano, respeitando-se, acima de tudo, a ordem jurídica.

Em 2013, sob o ângulo simplesmente pedagógico, o Congresso aprovou o projeto que resultou na lei nº 12.891. A chamada minirreforma eleitoral inseriu, na lei nº 9.504/97, preceito a sinalizar que o Tribunal Superior Eleitoral, no período compreendido entre 1º de março e 30 de junho dos anos eleitorais, implementará propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política.

A lei foi editada no período crítico de um ano que antecede as eleições. Mas, nessa parte, a aplicação é imediata, porque a publicidade institucional decorre do próprio Texto Maior, da própria Constituição Federal, presente o tratamento igualitário.

Conclamo todos: avancemos socialmente! Observemos a Lei das Leis, a que todos, indistintamente, submetem-se! Avancemos culturalmente! E clamo às mulheres: façam parte da política, façam parte da solução, esperança de um Brasil mais sensível, mais equilibrado, mais igual!

Acesse o PDF: [Mulheres longe do poder \(O Globo, 05/04/2014\)](#)

Mulheres ocupam apenas 20% dos principais cargos no governo

(Folha de S.Paulo) A chegada de uma mulher à Presidência da República não significou maior participação feminina na cúpula da administração federal.

No governo Dilma Rousseff, as mulheres ocupam apenas um quinto dos principais cargos do Poder Executivo, uma fatia inferior à do final do governo Lula.

Dos 39 ministros, oito são mulheres. No segundo escalão, a proporção é semelhante: são 61 entre 310 postos.

Em dezembro de 2010, eram apenas três ministras, mas as mulheres ocupavam 70, ou 24%, dos 291 cargos de livre nomeação classificados como NES (Natureza Especial) e DAS-6 (Direção e Assessoramento Superiores, no nível mais elevado).

Formam esse grupo secretárias-executivas, secretárias de Estado, assessoras-chefes e presidentes (ou presidentas, como prefere Dilma) de instituto, entre outras funções de comando.

Se considerado todo o quadro dos ministérios e da Presidência, o serviço público mostra um equilíbrio bem maior entre homens e mulheres -as servidoras são 45,7% do total. A proporção cai conforme se avança até o topo da hierarquia.

Uma das explicações para a falta de avanço na participação feminina é a divisão dos ministérios entre os partidos aliados, menos engajados que o PT em políticas de gênero.

Todas as ministras da Esplanada, de fato, são petistas.

Acesse em pdf: [Mulheres ocupam apenas 20 dos principais cargos no governo \(Folha de S.Paulo - 08/03/2014\)](#)

Igualdade entre mulheres e homens na política brasileira levará 250 anos

(R7) Estimativa foi feita com base no ritmo das últimas eleições. Brasil é o 124º em ranking mundial

Apesar da vitória de Dilma Rousseff nas últimas eleições presidenciais, o Brasil vem despencando, ano a ano, no ranking mundial de participação de mulheres na política. No ritmo dos últimos cinco pleitos, o País ainda levará 252 anos para que a Câmara dos Deputados, por exemplo, tenha igual número de homens e mulheres.

A conta foi feita pelo demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, coordenador dos cursos de pós-graduação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ligada ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O número de mulheres na “câmara baixa” (no caso do Brasil, na Câmara dos Deputados) é o parâmetro da avaliação mundial feita pela Inter-Parliamentary Union. No País, elas ocupam apenas 44 (ou 8,6%) das 513 cadeiras.

No Senado, são 13 mulheres para 81 postos — ou 16% do total.

Os dados da Inter-Parliamentary Union referem-se à situação mundial em 1º de janeiro deste ano.

Hoje, o Brasil ocupa a 124ª posição entre os 148 países pesquisados. Há 15 anos, havia 29 deputadas na Câmara brasileira, o que garantia ao País o 79º lugar entre 129 nações. Ou seja: apesar de a situação no Brasil ter melhorado, no resto do mundo, a ampliação de vagas para mulheres ocorre mais rapidamente.

Com isso, o Brasil hoje aparece atrás de países como o Mali, internacionalmente conhecido pela prática da mutilação genital feminina. A nação africana possuiu 14 mulheres entre os 145 parlamentares - ou seja, elas ocupam 9,5% do congresso, 0,9 ponto porcentual acima da estatística brasileira.

Cotas

O demógrafo Alves afirma que a desigualdade entre os sexos na política brasileira não se deve a um preconceito do eleitor:

— Podemos notar que, nas últimas eleições presidenciais, por exemplo, Dilma Rousseff e Marina Silva, juntas, obtiveram dois terço dos votos. O gargalo para que a participação da mulher na política não está na população, mas nos partidos políticos.

Alves afirma que, no sistema político brasileiro, a regra que exige que 30% dos candidatos de cada coligação sejam do sexo feminino não é suficiente para alavancar a igualdade:

— Os partidos, de modo geral, podem colocar candidatas na disputa para cumprir a lei, mas não se esforçam para elegê-las, não investem nas candidaturas femininas. As cotas, a meu ver, funcionam bem em sistemas políticos com lista fechada, como ocorre na Argentina.

No sistema de lista fechada, o eleitor não vota no candidato, mas no partido. Dependendo do número de votos, o partido coloca uma certa quantidade de candidatos no parlamento — a ordem de entrada é definida pelo próprio partido. Com isso pode haver exigência de que a lista seja composta alternadamente por homens e mulheres.

Cidades das mulheres

Se a situação da Câmara dos Deputados não é das melhores para a igualdade de gêneros na política, pequenas cidades são exemplos de que pode haver forte participação feminina na vida pública.

A pequena Fronteiras, cidade de 11 mil habitantes no interior do Piauí, é a

cidade com maior proporção de mulheres na Câmara: são seis vereadoras, ante três vereadores. A segunda colocada nesse é também do Piauí. Trata-se de Barras, município de 44 mil habitantes, com oito mulheres e cinco homens em seu parlamento.

No total, segundo levantamento de Alves, 23 cidades têm mais mulheres do que homens na Câmara Municipal. O País têm 5,5 mil municípios.

A média da política regional é melhor que a nacional: 13,3% dos assentos de vereador e 12.1% das prefeituras são ocupados por mulheres.

Eleições 2014

Apesar de Dilma Rousseff ter ampliado a participação de mulheres nos ministérios, fortalecendo figuras políticas femininas, como Gleisi Hoffmann e Ideli Salvatti, e outros postos importantes — como a presidência da Petrobras —, Alves afirma que ainda é cedo para prever o se isso terá algum efeito na eleição de 2014.

— O que é interessante notar é que a presença da ministra do Supremo Cármen Lucia como presidente do TSE em 2010 melhorou o cumprimento das cotas. Ela levou a questão adiante e cobrou os partidos que não cumpriam as regras.

[Acesse o PDF: Igualdade entre mulheres e homens na política brasileira levará 250 anos \(R7, 08/03/2014\)](#)